

Investimento: o último trunfo para suavizar a recessão e o desemprego

Com os outros motores a revelarem fragilidades, Governo aponta baterias ao investimento privado, mas serão os estímulos fiscais as munições correctas?

NUNO AGUIAR
naguia@negocios.pt

Quando apresentou o “super” pacote de estímulo fiscal, Vítor Gaspar explicou que o plano sempre foi este: realizar a consolidação orçamental, regressar aos mercados e, só depois, virar as atenções para o investimento. Mas não é como se o Governo tivesse grande margem de escolha. Com o consumo público altamente limitado no horizonte mais próximo, o consumo privado a afundar e as exportações a travar a fundo, o investimento pode ser a única opção para mitigar a recessão e estabilizar o desemprego.

Entre 1995 e 2009, o investimento representou sempre mais de 20% do PIB. No final deste ano, deverá corresponder a menos de 15%. A rubrica tem sido uma das mais castigadas, com uma queda acumulada de 38% desde a crise financeira de 2008. No entanto, e apesar desta consecutiva perda de peso, o investimento continua a ter um efeito dominó decisivo: novo investimento cria riqueza, abre novos pontos de contacto comerciais e cria emprego, alimentando um ciclo virtuoso que pode ajudar a procura interna.

“O investimento, e principalmente o novo investimento, tem uma enorme capacidade de absorção do desemprego”, explica ao **Negócios** o presidente do ISEG, João Duque. “Além do aspecto social e psicológico, estamos a colocar pessoas a trabalhar, a pagar impostos, a deixar de receber subsídios e ter mais condições de consumir.” Uma ideia sublinhada por Gaspar logo na conferência de imprensa de quinta-feira. “Esperemos que o efeito catalisador na evolução da actividade económica conduza a efeitos positivos a prazo, até na consolidação orçamental”, afirmou.

As últimas estimativas, inscritas no Documento de Estratégia Orçamental, apontam para que o consumo público esteja em contracção pelo menos até 2017, o consumo privado continue a cair este ano e estagne em 2014 e as exportações cresçam apenas 0,8%. O investi-



Filipe Garcia diz que não há razão para que as medidas não tivessem sido apresentadas há um ano.

Não vai fazer com que sejam criadas empresas e o PIB não vai disparar, mas são medidas muito bem-vindas.

FILIPE GARCIA
Economista do IMF

mento não apresenta perspectivas muito melhores – queda de 7,6% este ano –, mas parece ser o único onde o Executivo acha que tem margem para actuar.

Vítor Gaspar admitiu que não era capaz de quantificar o efeito das medidas que apresentou, mas disse esperar que permitam antecipar o regresso do investimento a terreno positivo. Mas poderão estas medidas dar um impulso relevante à economia? “Não vai fazer com que sejam criadas empresas e o PIB não vai disparar. Não é um ‘game changer’, mas são medidas muito bem-vindas”, diz ao **Negócios**, Filipe Garcia, economista do IMF. “As mais recentes decisões do Governo sobre investimento têm sido positivas, embora me pareçam tardias. Que motivo há para não terem sido feitas há um ano?”

Miguel Beleza considera que o pacote apresentado pelo Governo é positivo porque permite “antecipar investimento”, mas refere que “devia envolver uma descida transversal e agressiva do IRC”.

Já Mira Amaral, ex-ministro da

Indústria e actual presidente do BIC Portugal, argumenta que nem que seja apenas do ponto de vista da mensagem, as intenções do Governo apontam no caminho certo. “Mesmo que a medida não fosse boa, valia a pena só por mostrar que há uma alteração de mentalidade”. “Gaspar e Álvaro juntos numa conferência mostra que o ministro das Finanças percebeu que a economia não pode sobreviver sem investimento.”

Que investimento?

O Governo não está interessado em qualquer tipo de investimento. Sabendo que os portugueses continuam avessos a consumir – devido a perdas de rendimento e baixas expectativas – Vítor Gaspar e Álvaro Santos Pereira querem dar prioridade a sectores e empresas que apostem na internacionalização.

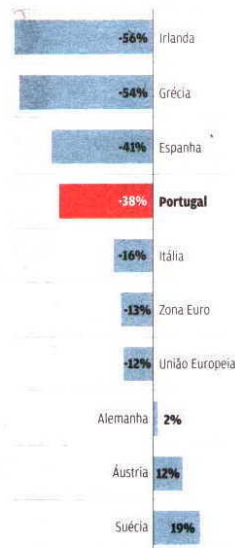
Neste aspecto, a alteração do papel da Caixa Geral de Depósitos terá um papel fundamental, dirigindo a concessão de crédito para empresas de bens transaccionáveis, projectos de exportação e internacionalização e capitalização de PME. Uma estratégia com fragilidades: a Europa continua em profundo arrefecimento.

Um problema de procura?

A principal crítica que é apontada a este esforço do Governo é que está mal dirigido. O Executivo continua a apontar baterias à oferta, quando alguns economistas defendem que o problema está no lado da procura. De forma simples: se ninguém comprar aquilo que as empresas produzem de nada lhes vale terem mais facilidades em produzir.

Para João Rodrigues, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, este supercrédito fiscal “só beneficia os poucos que, de qualquer forma, já iriam investir”. “Na realidade, este choque destina-se a naturalizar a redução futura da tributação que incide sobre o capital, reforçando uma regressão com muitos anos e que continua a beneficiar da concorrência fiscal”, escreveu no seu blogue.

INVESTIMENTO CAI 3 VEZES MAIS QUE NA ZONA EURO
VARIACÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO ENTRE 2008 E 2013



Portugal pertence ao grupo de países da Zona Euro onde o investimento mais caiu desde a crise financeira. Dos 17, Portugal é o sexto com a maior queda e regista uma contracção três vezes maior que na média da Zona Euro. Os dados do Eurostat apontam para um peso do investimento no PIB de 14,5%, quarto mais baixo da Zona Euro, apenas atrás de Grécia, Chipre e Irlanda. Olhando em concreto para o investimento público, o cenário é ainda mais negativo: entre 2010 e 2012, o investimento público português caiu 53%. Em toda a União Europeia, apenas esta quebra é superada pela contracção espanhola (56%).



Investimento é a nova palavra de ordem